

As ideias económicas em debate

VÍTOR NEVES e JOSÉ REIS

A ideia popular de que o pensamento económico é um corpo monolítico e de que os economistas são uma “espécie” com uma mesma raiz “genética” é errada. Já a convicção de que a Economia corresponde a uma forma de racionalizar as coisas que paira sobre a vida das pessoas e a organização coletiva, impondo-lhes uma visão normativa e restritiva, porventura autoritária — aquilo a que comumente se chama *economicismo* —, é apenas uma maneira muito limitada e parcial, porventura injusta, de encarar o panorama desta disciplina. Na verdade, é possível demonstrar que, tanto nos dias que correm como no passado, a Economia tem sido sempre um universo diverso, complexo e conflitual composto por vários campos, com diferentes pressupostos, “visões do mundo” e representações muito díspares do que constitui a substância da vida material, as opções sobre a organização coletiva e a finalidade das ações humanas.

Nesse contexto, a noção de que um comportamento económico é aquele que se manifesta em ações individualistas, dotadas de uma racionalidade instrumental precisa, com o objetivo de satisfazer da melhor forma o interesse próprio, usando para isso mecanismos dos mercados e métricas quantitativas de valor e de utilidade (o indicador dos preços), é apenas uma das versões da Economia, certamente a que acabou por ter maior poder e influência. Do mesmo modo, o pressuposto de que a Economia assenta em leis “científicas”, medidas e princípios preestabelecidos, alheios às relações sociais, que devem guiar teleologicamente as pessoas e as suas organizações,

e a que estas têm de se sujeitar para agir adequadamente, é só uma construção mental, ideologicamente estabelecida, quiçá com propósitos de controlo social e político.

O que rapidamente se torna claro — e isso é bem compreendido pelas ideias populares — é que a perspetiva da Economia a que se pode chamar dominante, e que corresponde à visão acabada de referir, representa formas de poder e autoridade muito significativas, ocupa espaços centrais da vida pública e, de forma consentida ou de maneira apenas tácita, impõe-se aos cidadãos e às instituições, sendo um instrumento de domínio hierárquico. De facto, o argumento da diversidade e da complexidade histórica desta disciplina, sendo justo e pertinente, não quer significar que se esteja perante uma ecologia plana, em que as capacidades de ação de que cada campo dispõe estejam equitativamente repartidas, originando debates serenos. Os poderes e as influências de cada campo são, na realidade, muito diferentes e convidam frequentemente a que se identifiquem centros e periferias, domínios e resistências.

Quando se alarga o horizonte temporal e se recorre à história — tanto a das ideias como a das sociedades e das economias — percebe-se melhor que a redução de perspetivas a que o presente nos sujeita com frequência é o resultado da confluência elaborada e sistematizada para uma trajetória que se tornou preponderante, e não uma tendência “natural”. E que, pelo contrário, são muitos e largos os momentos em que é plausível pensar que a ecologia das ideias económicas foi variada, em que se confrontaram alternativas e em que houve lugar a processos construtivos formados por muitas contribuições e finalidades.

Acontece que isto, que só uma cuidada observação retrospectiva revela, talvez não seja só uma característica do passado. O capitalismo não poderia ter-se consolidado como um sistema social longo e relativamente estável se se tivesse concentrado apenas nas transações e no interesse próprio e se a sua construção tivesse sido intelectualmente amparada por formas de pensar e de conceber a economia tão estreitas como muitas das que hoje predominam. Provavelmente, estas servem mais para interpretar e legitimar certas particularidades entretanto alcançadas e para as reforçar no seu poder do que para representar a totalidade de que fazem parte. Por exemplo, a vulgata contemporânea segundo a qual o mundo se tem de estruturar à volta dos mercados, e, especificamente, dos mercados financeiros, sendo por aí que passa a viabilidade da vida, não serviria para estabelecer

e desenvolver a materialidade dos capitalismos, da qual a financeirização é uma expressão excessiva, viciosa e talvez mortal. Se o capitalismo não tivesse sido industrial, criador de valor material e gerador de emprego, certamente que a mercadoria “fictícia” que é a moeda, incluindo a sua dimensão de crédito, não poderia ter ganho a amplitude que hoje tem. Se tudo se tivesse reduzido aos mercados, certamente que não teria havido mercados, pois estes, como bem mostrou Polanyi (2012 [1944]), tiveram primeiro que ser construídos e “viabilizados” legal, institucional e politicamente. Sem Estados e um conjunto muito amplo de outras instituições sociais, seguramente não teria havido mercados tal como os conhecemos atualmente.

Ora, uma perspetiva estreita da Economia também não servirá para ajudar a resolver as crises, os dilemas e as perplexidades que se abateram sobre os capitalismos de hoje, constituindo o que alguém já designou “tragédia dos horizontes”,¹ e que obviamente exigem capacidades de compreensão das economias que estão muito para lá do reducionismo que pulula na discussão pública e domina nas universidades.

Pense-se, pois, o que foram na construção da ciência económica e na criação dos contextos de desenvolvimento das sociedades ocidentais os contributos de Karl Marx, Karl Polanyi, Joseph Schumpeter, John Maynard Keynes, Gunnar Myrdal, John Kenneth Galbraith, Joan Robinson ou Albert Hirschman, para já não falar de autores mais encobertos nos redutos académicos ou no saber de especialistas, como todos os que formaram a tradição institucionalista e de que hoje vai havendo conhecimento público através de obras fundadoras como a de Thorstein Veblen. E assim se reparará que o panorama não ficaria completo se apenas se falasse de Adam Smith, Alfred Marshall, Friedrich Hayek ou Milton Friedman. Pense-se nisto e assim se verá como o pensamento económico foi rico e diverso. E o mesmo se deve fazer para os tempos presentes, em que os significados relevantes da escola francesa da regulação, das abordagens evolucionistas, das “capacitações”, do pós-keynesianismo ou do marxismo contemporâneo, autorizam a que os espíritos informados possam falar de uma ciência

¹ Termo introduzido por Mark Carney, diretor do Banco de Inglaterra, num discurso em setembro de 2015, em que conjugava os problemas ambientais com os da instabilidade financeira <<https://www.alternatives-economiques.fr/briser-tragedie-horizons-1112201782035.html>>. Veja-se também <<http://www.bsi-economics.org/organisation>> e <http://tragedyofthehorizon.com/#about_project>.

económica realmente diversa e plural, em vez de monolítica, e construtivamente conflitual, em vez de consensual e indiscutível.

Portugal, nas suas óbvias particularidades, é um bom exemplo para se revisitarem o processo de constituição e desenvolvimento das ideias económicas e para se procurar mapear, a partir de uma atitude analítica aberta e não pré-formatada, os diversos campos em presença, a sua pluralidade (conceptual, teórica e metodológica) e os termos explícitos ou implícitos da conflitualidade interna que é própria das ciências sociais. É também um importante estudo de caso acerca dos complexos processos de circulação das ideias económicas, à escala nacional e internacional, e dos canais pelos quais tal circulação se faz.

Antes de meados do século passado, havia apenas uma comunidade académica exígua, limitada ao Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, o ISCEF, da rua do Quelhas, em Lisboa, e à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em cujo grupo de finanças públicas pontificava Teixeira Ribeiro. Eram os engenheiros, mais do que os economistas, que cuidavam da organização material do país. Procurou-se então criar uma ciência económica moderna, que superasse o âmbito das finanças públicas ou se constituísse pela simples junção de disciplinas próximas, como a matemática, o direito ou a contabilidade e, sobretudo, que incorporasse o que a nível internacional era já um domínio científico com pergaminhos teóricos solidamente estabelecidos. No ISCEF, foi Pinto Barbosa quem liderou esse processo, com a reforma curricular de 1949. Estaria então a assistir-se, como notou Carlos Bastien, à «remissão da teoria económica corporativa a uma posição marginal», com o início de um «processo de renovação e recomposição dos saberes económicos», através da «recepção da síntese neo-clássica-keynesiana» (2000: 20) e da atenção dedicada às aproximações de índole microeconómica próprias da teoria do consumidor, do produtor e dos mercados e às questões da formação do rendimento nacional. A maior visibilidade e impacto da visão keynesiana, através da síntese operada com o raciocínio neoclássico, ocorreria pouco depois e expressar-se-ia na divulgação do modelo IS-LM. As teses de doutoramento de José Beleza (em 1955), Jacinto Nunes (em 1956) e Teixeira Pinto (em 1956) e os compêndios de Francisco Pereira de Moura (em 1964 e 1969) deram concretização e confirmaram a «hegemonia desta corrente», servindo também de «referencial fundamental para a generalidade dos ramos especializados em que a Economia deste período se veio progressivamente a diferenciar» (Bastien, 2000: 21).

A criação da Faculdade de Economia do Porto, em 1953, constituiu um primeiro passo para um alargamento de uma comunidade científica que não deixava de continuar a ser pequena. Mesmo 20 anos depois, quando a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra iniciou as suas atividades, ainda não se podia falar de mais do que um pequeno número de economistas. Só em 1991 é que se encontra um volume significativo, na ordem dos dez mil (Gonçalves, 2006: 410). Mas é desse período que vêm referências fundamentais de um pensamento económico estruturado, capaz de se pensar em relação com o país, e que exemplificam modos de formulação do “problema económico” muito amplos e incapazes de ficarem prisioneiros do reducionismo que veio a ter poder. Além dos já citados, os nomes de Mário Murteira, Armando Castro, João Cravinho, João Martins Pereira, Manuela Silva e António Simões Lopes têm de figurar numa lista (sempre incompleta) de figuras relevantes. Mas, exatamente porque o universo é composto por vários campos, outras figuras consolidaram perspectivas dissemelhantes e as referências a Alfredo de Sousa, Manuel Jacinto Nunes, Vítor Constâncio, Miguel Beleza, Jorge Braga de Macedo, António S. Pinto Barbosa e Manuel Pinto Barbosa são igualmente incontornáveis numa lista tão incompleta como a anterior.

Foi com a democracia que se deu uma transformação maior. Nas décadas de 1980 e 1990, a comunidade académica alargou-se, internacionalizou-se e desenvolveu agendas de investigação relevantes e de dimensão já apreciável. A Economia constitui-se nesta fase como uma disciplina essencialmente interessada na compreensão do sistema económico na sua globalidade — isto é, nas atividades que o formam, nas articulações que o estruturam e nas interdependências que inibem ou fomentam as suas dinâmicas. De par com isso, desenvolvem-se leituras sobre as políticas económicas e as lógicas que lhes presidem, com atenção às ideias e à história do pensamento e dos factos económicos. Os temas que emergem são os que dão atenção aos *processos* (de desenvolvimento, de crescimento e de industrialização), às *políticas* de base interna (políticas agrárias e de desenvolvimento agrícola, políticas de industrialização, modernização e infraestruturização do país) e às *relações* entre espaços económicos (integração económica pelo comércio internacional ou pelo investimento direto).²

² Tem-se presente o que foi defendido em Reis (2012: 31–40).

Contudo, não demorou muito para que a disciplina se “normalizasse”, com o “problema económico” a reduzir-se agora à questão da afetação “eficiente” de recursos considerados escassos (e por isso económicos), e o esquema analítico adotado a centrar-se na otimização de funções-objetivo cada vez mais abstratas e descontextualizadas das condições concretas da vida real, colocando alguns saberes que antes assumiam uma natureza substantiva na condição de especificações marginais.

A lista de nomes a citar seria agora muito numerosa e compreenderia os que foram fazer os seus doutoramentos no exterior (com o predomínio da França, de Inglaterra e dos Estados Unidos) e os que, entretanto, tornaram a realização de provas de doutoramento nas universidades portuguesas num ato cada vez menos esporádico. As matérias seriam agora muitas e diversas.

É esta tensão entre uma ciência económica interessada na substância da vida material e uma outra mais abstrata e focada nos mercados e nas transações que constitui o ponto de partida deste livro. Trata-se de começar a fazer uma história que faltava, a dos tempos recentes, e de mostrar como se dá a passagem de formas de pensamento económico às quais interessavam as dimensões estruturais e sistémicas — que reconheciam a heterogeneidade e que procuravam identificar devidamente o país, tendo em vista, com frequência, a criação das condições mais adequadas ao “desenvolvimento” e à satisfação das necessidades da população — para concepções da Economia e do económico que privilegiam a aplicação de modelos analíticos formais e que, sobretudo, consideravam então prioritário governar a economia através de outros mecanismos: os da concorrência mercantil, da abertura internacional do país na sua condição de pequena economia e os da constrição das dimensões públicas pelo uso de esquemas financeiros e pela ampliação do poder dos mercados.

Sendo este um livro sobre a ciência económica que se faz em Portugal, nele se tratará de instituições concretas e de pessoas concretas. E nele se põem algumas dessas pessoas a falar, em discurso direto. Por isso, encontrar-se-á aqui o Grupo de Estudos Básicos de Economia Industrial (GEBEI), criado em 1973, no âmbito da Secretaria de Estado da Indústria, e que trabalhou até 1986 sob a tutela de diversos ministérios, e tratar-se-á do que fizeram João Cravinho, seu fundador e inspirador, Félix Ribeiro, Lino Fernandes, Manuel Brandão Alves e José Amado da Silva ou Eduardo Ferro Rodrigues. Encontrar-se-á também o Departamento de Estudos Económicos (DEE)

do Banco de Portugal pelas vozes de Teodora Cardoso, Abel Mateus e Isabel Horta Correia. Estudar-se-á como a Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (FEUNL), em articulação próxima com a Universidade Católica Portuguesa, representou a mais forte viragem na forma de pensar a Economia e a sua relação com a sociedade. António S. Pinto Barbosa e Manuel Pinto Barbosa representam aqui os caminhos por onde se estruturou, consolidou e passou a dominar uma forma de encarar a Economia, a economia vinda dos Estados Unidos e fortemente centrada em visões normativas decorrentes do que aqui se chamará “Nova Economia”. Mostrar-se-á igualmente, através dos testemunhos dos coordenadores de cursos de mestrado e doutoramento, como se criou e desenvolveu uma visão para o ensino pós-graduado nas universidades portuguesas que é parte de uma lógica de afirmação da ciência económica que revela aquela mesma tensão a que aqui se tem estado a aludir, e como isso, finalmente, culmina num processo de convergência no sentido de uma formação cada vez mais homogénea, em linha com os cânones da Economia dominante. É certo, no entanto, que a contraposição nunca faltou, tanto no início, com mestrados que assumiam a interdisciplinaridade e se ligavam ao contexto institucional e político do país e da Europa, como atualmente, com programas de doutoramento em que a Economia Política e visões mais amplas da economia constituem o referencial principal (como o já antigo Doutoramento em Governação, Conhecimento e Inovação, da FEUC, o doutoramento em Estudos de Desenvolvimento, desde 2017/18, um doutoramento conjunto do ISEG, do ICS, do IGOT e da ISA da Universidade de Lisboa, ou o recente Doutoramento Interdisciplinar em Economia Política, do ISCTE, da FEUC e do ISEG, são disso exemplos). Confrontar-se-á, finalmente, o modo como os economistas portugueses têm vindo a pensar o papel dos valores na Economia e as relações entre Economia e Política. A este propósito, dar-se-á voz a um conjunto diversificado de economistas portugueses, considerados representativos das diferentes correntes do pensamento português contemporâneo nesta matéria.

Este livro e o projeto de investigação que lhe deu origem foram, eles próprios, resultado de um programa de trabalho de economistas que revelam com clareza as suas próprias ideias sobre o que é a Economia, a produção de conhecimento nesta disciplina e a razão de ser e os objetivos de tal conhecimento: Ana Costa no ISCTE, Manuel Branco na Universidade de Évora, João Rodrigues e os autores deste texto introdutório na Faculdade

de Economia da Universidade de Coimbra, acompanhados por um bolsheiro de investigação, Gonçalo Marçal, estudante do Doutoramento interdisciplinar em Economia Política, são, eles próprios, parte de comunidades universitárias que entendem a Economia como plural, substantiva e ligada à vida material concreta, assumindo-a como parte de um debate em que, noutro campo, estão visões muito diferentes, que privilegiam os mercados, a racionalidade individual ou o cálculo normalizador.

Este livro é, finalmente, um convite. Convite ao pluralismo e à interdisciplinaridade para que, quer quando se procura representar o panorama das ideias económicas em Portugal, quer quando se quer enfrentar as perplexidades das limitações do conhecimento perante os problemas contemporâneos, se assuma um mapa rigoroso, completo, capaz de não desperdiçar o que existe e de usar todas as forças. Convite a que se construa um espaço público de debate sobre a Economia enquanto conhecimento e a economia enquanto «sistema de produção, de emprego, de organização e de provisão de bem-estar». Mas sabendo que estas questões «não [são] atópicas nem atemporais» e que «não se pode saber tudo num ápice nem com um único par de lunetas», devendo reusar-se a «sofreguidão e a explicação taxativas», rápidas e totais, e que é sempre «uma boa atitude procurar encontrar espaço para um olhar detido, para juntarmos as várias dimensões que são próprias dos problemas complexos e para procurarmos ver debaixo do que anda à superfície» (Reis, 2018: 21–24). Convite, enfim, a que se aceite que, porventura de forma redobrada quando se estuda o que está próximo, os resultados são sempre incompletos e carecem de continuação. Este é um desafio que os autores deste livro assumem e para o qual contam com os esforços de outros, a começar pelos leitores.

Os capítulos que se seguem podem ser brevemente apresentados. No primeiro, José Reis convoca-nos a acompanhar, histórica e analiticamente, a rica experiência do GEBEI desde a sua criação em 1973 até à sua progressiva perda de influência e, finalmente, à sua extinção formal (já num quadro de integração no âmbito do IACEP) em 1986, reconstituindo e interpretando o seu significado e importância no quadro da evolução do pensamento económico português. É um percurso pelo que o autor considera ser «uma forma estruturada de pensamento económico» na periferia da Europa, centrada no objetivo de criar informação para uma “radiografia” da economia portuguesa — designadamente nos domínios industrial e institucional — com base numa «visão estrutural e sistémica» da vida

material, atenta às especificidades e heterogeneidade dos processos económicos e às singularidades de uma economia europeia periférica como a portuguesa, tendo em vista alimentar um «ecossistema de planeamento» e alicerçar políticas conducentes ao desenvolvimento económico do país. Pelo meio, e porque os contextos contam, o autor vai deixando antever o que, em seu entender, eram os traços fundamentais da economia portuguesa à época (anos 1970 e 1980), sem os quais não é possível perceber a relevância efetiva do GEBEI. E porque, por detrás do discurso direto dos protagonistas está sempre um modo específico de olhar a realidade, Reis, como bem recomendava Myrdal (1969), não deixa de dar conta das “lentes” através das quais percebe a história do Gabinete de Estudos Básicos de Economia Industrial, de tornar explícito o quadro analítico e os valores de que parte. A reflexão teórica sobre a formação e circulação das ideias económicas em termos de “afinidades eletivas” é, assim, uma peça-chave do seu texto. Com ela recupera os traços fundamentais do relacionamento internacional dos quadros do GEBEI precisamente como uma manifestação de “afinidades eletivas”, essenciais para se perceber a realidade da Economia como um universo plural.

Uma ideia central a reter no quadro da narrativa proposta neste livro é que a história do Gabinete impulsionado por João Cravinho «não é um simples regresso ao passado», antes revela um «modo de ver», a Economia que é parte integrante da «ecologia compósita» de saberes que, ontem como hoje, caracterizam o mapa das ideias económicas, em Portugal como no resto do mundo.

No segundo capítulo, João Rodrigues propõe-se seguir os percursos intelectuais e profissionais, desde os finais dos anos 1970 até à atualidade, de dois economistas de grande significado no processo de transformação da Economia que se fazia e ensinava em Portugal no pós-25 de Abril, ilustrativos da importância crescente de uma nova geração de economistas formados nos Estados Unidos da América: os irmãos Manuel e António S. Pinto Barbosa, filhos gémeos de António Manuel Pinto Barbosa. Através destes dois percursos — o primeiro mais centrado na área da macroeconomia, da política monetária, dos modelos de crescimento e da análise dos problemas da balança de pagamentos numa “pequena economia aberta”, o segundo no estudo da economia e finanças públicas, da teoria da escolha pública e da economia política constitucional, mas ambos profundamente influenciados por uma formação académica pós-graduada nos EUA —

acompanha-se a emergência e consolidação de um novo paradigma da Economia em Portugal, a chamada “Nova Economia”, cujos principais traços João Rodrigues identifica, e dos quais aqui se destacam: (i) a convergência epistémica e de “visão” com o que eram cada vez mais os cânones da ciência económica dominante à escala internacional, num processo que tem vindo a ser descrito como de “americanização” da Economia; (ii) a defesa crescentemente assumida — embora cuidadosa em matéria de manifestações explícitas de algum enviesamento político-ideológico (contrário ao assumido valor da separação entre a Economia e a Política) — de uma “mudança do regime económico” no sentido da “liberalização” da economia e, finalmente, (iii) a afirmação da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (FEUNL) como escola representativa em Portugal desta forma cada vez mais hegemónica de entender a Economia.

No panorama das ideias económicas em Portugal, as inter-relações entre a investigação teórica e aplicada e o domínio da tomada de decisão e da política económica não podem ser ignoradas. No capítulo 3, Ana Costa faz uma incursão pela história do Departamento de Estudos Económicos (DEE) do Banco de Portugal e pelo papel que este Departamento desempenhou no âmbito do processo de internacionalização e integração europeia da economia portuguesa, no que a autora considera ser um «processo de normalização epistémica, estreitamento e homogeneização» da paisagem intelectual da Economia em Portugal. Partindo de uma perspetiva teórica que valoriza a ideia de «comunidades epistémicas» enquanto «comunidades de atores, que envolvem a academia, mas a extravasam largamente», Ana Costa defende que a influência das ideias económicas está dependente da sua transmutação em práticas e políticas dependentes de contextos temporais e espaciais específicos e, nesse quadro, procura mostrar a relevância do DEE como polo fundamental de uma intensa rede de relações onde, ao nível académico, a FEUNL e a Universidade Católica são parceiros fundamentais de um espaço de colaborações na esfera da economia dominante em que as grandes instituições internacionais, como o FMI, o Banco Mundial ou o BCE, têm também um papel não negligenciável.

No capítulo 4, Manuel Branco, Ana Costa e Gonçalo Marçal traçam a evolução do ensino pós-graduado em Economia em Portugal desde a sua origem nos finais dos anos 1970 até à atualidade. O seu texto evidencia a transformação que a FEUNL produziu, nomeadamente com o Programa de Mestrado e Doutoramento em Economia, criado em 1978, o qual importa

o modelo norte-americano e com ele introduz um novo núcleo duro da Economia em Portugal ao mesmo tempo que incute no doutoramento uma nova orientação, com exames gerais e de especialização após a parte curricular do mestrado e a elaboração de teses no formato de ensaios, tendo em vista a publicação em revistas científicas. Com base em testemunhos de alguns dos protagonistas, os autores deste capítulo acompanham o processo de expansão do ensino pós-graduado no país — desde o programa da FEUNL, com a experiência do ISEG e da FEP, que também criam mestrados (em 1981 e 1983, respetivamente), passando pela FEUC, que, em 1989, criou um Mestrado em Economia Europeia — para vincar que havia outros modelos de formação pós-graduada, mais consentâneos com visões substantivas e interdisciplinares. Entre o princípio da década de 1990 e o Processo de Bolonha, a criação de pós-graduações generalizar-se-ia noutras faculdades. Fica claro, com este exercício, o processo de emulação mais ou menos generalizado relativamente ao cânone que se tornava dominante e a crescente “uniformização” dos diferentes cursos. O resultado é a enorme semelhança curricular atual na oferta dos cursos pós-graduados em Economia (o que dificulta a atribuição de um caráter distintivo a cada faculdade) e uma exaustiva repetição de conteúdos entre o mestrado e o doutoramento em todas as faculdades.

Finalmente, no capítulo 5, Vítor Neves procura mapear o modo como os economistas portugueses têm vindo a pensar a relação entre o seu trabalho enquanto ciência, os valores que perfilham e as recomendações de política que — enquanto “peritos” ou “consultores do Príncipe” — estão em condições de colocar à disposição da sociedade em que se inserem (a relação entre o “teórico”, o “doutrinário” e o “político”). Recorrendo a entrevistas e a um questionário por email a um conjunto de economistas considerados representativos, Neves identifica uma pluralidade de pontos de vista, quer no que respeita à questão da possibilidade de uma ciência económica “positiva”, neutra relativamente aos valores, quer sobre a relação entre a Economia como ciência e a Política. Também aqui fica claro, conclui o autor, que a Economia está longe de ser uma ciência monolítica.

Esta não é ainda a história detalhada e global que importa fazer do pensamento económico português no período mais recente. Mas é um contributo nesse sentido. Aqui o leitor irá encontrar um conjunto de “retratos”, assentes no testemunho dos próprios protagonistas analisados, que, no seu conjunto, mostram, por um lado, as linhas fundamentais da “normalização”

que foi empreendida na disciplina ao longo das últimas décadas em Portugal, como aliás no resto do mundo, marcada por efeitos de emulação do que se fazia no núcleo duro da disciplina, assim como por relações hierárquicas e de poder, quer no plano académico, quer no político; por outro lado, a persistência de formas alternativas plurais de pensar o económico que constituem, sem dúvida, uma marca da ecologia de saberes que continua a caracterizar a Economia como disciplina.

Referências bibliográficas

- Bastien, Carlos (2000), “A divisão da história do pensamento económico português em períodos”, *Documento de trabalho/Working paper nº 16*. Lisboa: Gabinete de História Económica e Social, ISEG. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.5/888>
- Gonçalves, Carlos (2006), *Emergência e consolidação dos economistas em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Myrdal, Gunnar (1969), *Objectivity in Social Research*. New York: Pantheon Books.
- Polanyi, Karl (2012 [1944]), *A Grande Transformação: as origens políticas e económicas do nosso tempo*. Lisboa: Edições 70.
- Reis, José (2012), “Economics: A social science under pressure”, *Portuguese Journal of Social Science*, 11(1): 31–40. DOI: https://doi.org/10.1386/pjss.11.1.31_1
- Reis, José (2018), *A Economia Portuguesa: Formas de economia política numa periferia persistente (1960–2017)*. Coimbra: Almedina.